

Graduação na EEFE-USP: breve histórico, reestruturação curricular de 2023 e mudança no perfil discente

<https://doi.org/10.11606/issn.1981-4690.2024e38nesp226134>

Flavio Henrique Bastos*
Ana Cristina Zimmermann*

*Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Introdução

A história da graduação em Educação Física se confunde com a própria história da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP). A EEFE-USP foi criada em 1934 para atender as demandas de profissionais qualificados para ensinar Educação Física em escolas e outros espaços, em um momento no qual a área começava a se mostrar relevante para a sociedade brasileira e figurava na legislação educacional do país com maior evidência.

Acompanhando uma tendência europeia, já fortalecida no século anterior, o acesso ao ensino público passa a ser de grande relevância para os países em fase de industrialização e urbanização. No mesmo contexto, a Educação Física começa a consolidar-se como um elemento fundamental nas propostas educacionais, especialmente vinculada às noções de saúde e fortalecimento nacional. O esporte, como fenômeno cultural urbano, também chama atenção e começa a popularizar-se. Para atender a demanda, sobretudo das escolas, era necessário profissionais com formação para atuar na área. A EEFE-USP assume esse protagonismo no estado de São Paulo, formando as primeiras turmas de professores e professoras civis, sendo responsável por formar profissionais que atuariam tanto em escolas quanto em clubes.

Ao longo dessa história foram muitas as mudanças curriculares que acompanharam, e

muitas vezes, impulsionam as transformações na atuação profissional em Educação Física. A área se expandiu e deixou de ser circunscrita ao espaço escolar ou militar. O fenômeno esportivo amplia seus horizontes, assim como a compreensão de educação e saúde. A edição comemorativa de 90 anos de EEFE-USP conta detalhes dessa história sob diferentes perspectivas, que enriquecem a compreensão do momento atual e das perspectivas que se configuram.

Este artigo apresenta um momento no qual o processo de formação na EEFE-USP passa novamente por reformulações. Tais momentos congregam incertezas, mas sobretudo expectativas, para uma formação que atenda às demandas sociais com qualidade e amplie horizontes de uma área que se ocupa de uma das expressões humanas mais potentes que é o movimento humano e olha para o ser humano sob a perspectiva da vida.

Dessa forma, a estrutura do artigo é composta por um breve histórico dos cursos de graduação, apresentação de alguns marcos históricos destacando-se a quantidade de profissionais formados em cada período, detalhamento das discussões acerca da reestruturação curricular implementada em 2023 e alguns dados que revelam aspectos da mudança no perfil dos estudantes, com especial destaque à adoção da política de cotas pela Universidade de São Paulo.

Breve histórico dos Cursos de Graduação da Escola de Educação Física e Esporte

A Escola Superior de Educação Física inicia suas atividades em 1934, vinculada ao Departamento de Educação Física do

Estado, com um Curso para Instructores de Gymnástica, com as seguintes "matérias": Anatomia Humana, Physiologia Humana,

Hygiene, Noções de Psychologia Educativa, Educação Physica, Noções de Orthopedia e História da Educação Physica¹.

Durante muito tempo a formação tinha forte teor técnico, direcionada a preparação de professores e professoras sobretudo para escolas. Seja para atuar em escolas ou em clubes, tratava-se de uma concepção prática de formação. Sentimos os resquícios desse passado quando o senso comum ainda associa a formação em Educação Física apenas com a prática corporal, a manutenção da saúde e de determinada forma física - muitas vezes estereotipada. Essa constatação não é recente² e ainda é recorrente entre estudantes que ingressam no curso quando relatam comentários da comunidade de uma forma geral. A EEFÉ-USP tem trabalhado para outra compreensão deste profissional há mais de 50 anos, ao pensar a formação profissional não apenas como a implantação de uma grade curricular para atender ao mercado de trabalho. Ao implementar seus cursos, a EEFÉ-USP tem mantido a discussão acerca de uma filosofia de formação e perfil profissional², que também problematiza e amplia a compreensão que se tem desse profissional. Essa postura está associada ao forte investimento na produção e formação acadêmica na mesma instituição, pioneira também em seus programas de pós-graduação. Estes programas, de graduação e pós-graduação, dialogam constantemente, enriquecendo a ambos.

As mudanças ocorridas especialmente nos anos 1980 e 1990 causaram forte impacto tanto na formação quanto na estrutura departamental da EEFÉ-USP. Tais mudanças decorreram de intenso debate, e, como em qualquer discussão curricular, o processo não é livre de conflitos³. As divergências alimentam a construção e avaliação constantes. Os intensos debates deste período acompanham um momento de redemocratização no Brasil, com grande efervescência acadêmica e cultural. O pioneirismo do corpo acadêmico da EEFÉ-USP, com destaque para os Professores Alberto Carlos Amadio, Carlos Eduardo Negrão, Go Tani, José Guilmar Mariz de Oliveira e Valdir José Barbanti, na implementação do Programa de Pós-Graduação, avança uma discussão curricular com orientação acadêmica. É possível identificar os resultados do forte investimento institucional para essa orientação, presente nos

cursos de formação a partir de então⁴.

Em 1992, após muitos anos oferecendo o tradicional curso de Licenciatura em Educação Física, a então Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo aprovou uma proposta pioneira de criação de dois cursos com diferentes enfoques: Bacharelado em Educação Física e Bacharelado em Esporte. A criação desses cursos suscitou a mudança do nome da instituição, que a partir de 1997 passou a chamar-se Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP).

O curso tem passado por constantes atualizações em sua estrutura, sempre procurando inovar e acompanhar a evolução da área. Em 2011, a estrutura do curso foi alterada, culminando no oferecimento de uma entrada única em "Educação Física e Esporte" e a opção por um dos três cursos: Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Esporte e Licenciatura em Educação Física. Em 2023, atendendo as diretrizes do MEC – Resolução CNE/CES nº 6 de 18 de dezembro de 2018⁵ – passa a oferecer a entrada única em “Educação Física” e a opção por uma das duas habilitações de saída: Licenciatura em Educação Física ou Bacharelado em Educação Física, sendo esta última composta por duas ênfases: Desenvolvimento Humano e Treinamento e Gestão no Esporte.

Cada mudança curricular ocorre a partir de um processo de muita discussão, envolvendo a Comissão de Graduação, as Coordenações de Curso, os departamentos com todos seus professores e professoras e, em última instância, a Congregação, com representantes dos diferentes colegiados. Considera-se o histórico do curso, legislação, objetivos, transformações sociais, resultados das avaliações discentes, entre outros elementos, nas argumentações que orientam as reformulações. Nesse contexto, pensar o currículo envolve, invariavelmente, conflitos, mas também diálogo e aprendizagem. Esses são momentos ricos para refletir sobre a trajetória, bem como para renovar perspectivas. A extinção do Curso de Bacharelado em Esporte e a criação de um Curso de Bacharelado em Educação Física com duas ênfases, permitiu não só adequar o currículo da EEFÉ-USP às novas diretrizes do MEC, como também caminhar para uma maior flexibilidade dos percursos formativos do corpo discente, aumentar o

reconhecimento social de egressos e egressas e, conseqüentemente, sua empregabilidade. Essas alterações reafirmam a posição de liderança da Unidade, que com sua estrutura curricular de vanguarda prepara profissionais para as diferentes necessidades sociais ligadas à Educação Física e Esporte, no que se refere às suas especificidades. Nesse sentido, a criação do Bacharelado em Educação Física, com as referidas ênfases, reflete o compromisso institucional com a indissociabilidade entre o conhecimento acadêmico científico e as necessidades sociais da população, com a possibilidade de discentes realizarem escolhas ao longo do percurso de formação, valorizando seu perfil e interesse profissional.

O corpo discente ingressa em um Núcleo Geral de disciplinas (dois primeiros anos), e ao término do quarto semestre escolhem entre os cursos do chamado Núcleo Específico (dois últimos anos). O ingresso único, o Núcleo Geral, a escolha do curso (Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física) e a escolha entre as ênfases respectivas ao curso de Bacharelado, instituídos pela EEFE-USP, indicam que esta Escola trata os dois cursos e referidas ênfases como possuidores da mesma base epistemológica, e diretamente ligados ao exercício profissional da Educação Física.

Ao optar por um dos cursos, considerando seu perfil e as áreas em que têm interesse de atuar profissionalmente, discentes prosseguem para o Núcleo Específico. A ordem de escolha é orientada pelo desempenho acadêmico e os graduados podem, posteriormente, buscar uma segunda formação por meio de processos de reingresso. Os cursos de graduação - tanto Bacharelado quanto Licenciatura - apresentam um modelo de formação que contempla amplamente os requisitos exigidos pelos órgãos avaliadores dos cursos de Graduação, assim

como pelo Conselho que regulamenta a atuação de Profissionais de Educação Física, e Conselho Estadual de Educação.

O projeto pedagógico, disponível abertamente no endereço eletrônico da EEFE-USP, apresenta as linhas gerais que orientam a estrutura do curso, bem como objetivos, perfil e descrição profissional de egressos. O projeto mais recente, aprovado pela Congregação da Unidade em 18 de julho de 2023, destaca a formação tanto para intervenção profissional quanto para a produção de conhecimento:

A Educação Física como área profissional visa atender as necessidades sociais relacionadas à saúde, educação, esporte, cultura e lazer da população de todas as faixas etárias. Entende-se que, para isso, trata de programas de intervenção com base em conteúdos relacionados ao exercício físico, ginástica, luta, dança, jogo e esporte. Por outro lado, a Educação Física também se refere à uma área de estudo, focada em produzir conhecimentos sistematizados sobre o movimento humano.

O olhar tanto para a intervenção quanto para a formação acadêmica é uma marca que confere identidade aos cursos da EEFE-USP. A formação qualificada do corpo docente, bem como o Programa de Pós-Graduação e a produção de conhecimento a ela associada alimentam a graduação. Da mesma forma, a Comissão de Cultura e Extensão também dialoga constantemente com a formação, com as diversas oportunidades de acompanhamento de cursos com a comunidade. Sobre esse último, vale lembrar que a importância desse diálogo com a comunidade passa a ser reconhecido recentemente pela legislação que propõe que a formação do corpo discente esteja vinculada a atividades acadêmicas de extensão - “curricularização da extensão”⁵.

Marcos históricos e formados(as)

Ao longo de seus 90 anos de história, a EEFE-USP atravessou e propôs mudanças. A partir do Decreto nº 6.440, de 16 de maio de 1934, Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal em São Paulo, restabelecendo o “Departamento de Educação Physica”, lança as bases para a

organização da Educação Física no Brasil¹. A criação da “Escola Superior de Educação Physica”, nesse mesmo ano, pode ser considerada o embrião do que viria a ser EEFE-USP.

Entre os principais marcos de reformulação curricular, podemos destacar: 1) a inauguração

da Escola Superior de Educação Physica; 2) o momento em que a Escola passa a integrar a USP; 3) a criação dos cursos de Bacharelado; 4) O Bacharelado como pré-requisito para o curso de Licenciatura; 5) a entrada única para os três cursos de formação; 6) a criação das ênfases para o Bacharelado.

A Escola Superior de Educação Physica, mesmo após a incorporação à USP, tinha como objetivo a formação de professores e professoras para atuarem nas instituições de ensino formal. No início da história do curso, o mercado de trabalho ainda era mais restrito ao ensino escolar, voltado para a dimensão prática dos conteúdos. Os currículos, de um modo geral priorizavam as práticas, e englobavam disciplinas: academicamente orientadas (prioritariamente da área biológica), aquelas associadas às práticas corporais específicas, e aquelas responsáveis pela orientação pedagógica². Entre 1934 e 1968 a Escola formou, em média, 34 profissionais ao ano, totalizando 1166 licenciados no período. Entre 1969 e 1991, após a incorporação à Universidade de São Paulo e anteriormente à implementação dos cursos de Bacharelado em Educação Física e Bacharelado em Esporte, a Escola de Educação Física passou a formar, em média, duas vezes mais licenciados ao ano (média = 73), com 1691 professores formados nesse período.

A Escola passa a integrar a USP em 1969 e a formação logo sente os efeitos de discussões que consideram a necessidade de ampliar seu escopo, incluindo disciplinas de natureza psicológica e social. A partir de 1979 o curso passa de três para quatro anos e no decorrer dos próximos anos diferentes disciplinas foram incluídas. Essas mudanças acompanham a implementação da pós-graduação e o olhar para a formação acadêmica. Nesse período o curso já considera a especificidade de diferentes grupos para a formação pedagógica, tendo os ciclos de vida como referência.

A criação dos cursos de Bacharelado foi impulsionada pela ampliação do referencial acadêmico, bem como das áreas de atuação profissional. A discussão acerca de uma mudança estrutural na formação amadurece durante os anos 1980, culminando em uma grande reestruturação em 1989, com a criação dos cursos de Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Esporte e reformulação da Licenciatura em Educação Física, todos com

forte orientação acadêmica². Assim, o curso de Bacharelado foi criado em 1991⁴. Esta é uma das transformações mais importantes na história da formação em Educação Física brasileira. Nacionalmente, a formação ficou diferenciada em bacharéis e licenciados com a Resolução CFE nº 03/87. Uma das principais inovações da EEFÉ-USP foi a criação do Bacharelado em Esporte, além do Bacharelado em Educação Física, buscando atender às especificidades de uma área de atuação em ascensão¹. É interessante observar que tais modificações acompanham os debates sobre o objeto de estudo da área e perfil profissional, e geram reações nos cursos de formação em todo o país, fomentando os debates^{3,4}.

Observando a FIGURA 1, nota-se a redução da quantidade de egressos da Licenciatura a partir de 1992, após a criação dos Bacharelados em Educação Física e Esporte, com a manutenção e posterior aumento na quantidade de egressos. Entre 1992 e 1994, a média de formados pela Escola era de 84 licenciados por ano, que passou a ser de 16 entre 1995 e 2006. Nesse período de 1995 a 2006, a EEFÉ-USP formou, em média, anualmente 86 profissionais, totalizando 1037. Em média, ao ano, foram 16 licenciados (total = 197), 35 bacharéis em Educação Física (total = 418) e 35 bacharéis em Esporte (total = 422). O aumento no total de egressos - independentemente do curso - que se pode notar entre 1995 e 2006 pode ser considerado o resultado de, nesse período, o Bacharelado ter sido considerado um pré-requisito para o ingresso no curso de Licenciatura. Especificamente, ao concluir o curso de Bacharelado, um/a estudante poderia requerer sua matrícula na licenciatura e concluir essa etapa da formação em aproximadamente 18 meses.

Com a entrada única para três cursos de formação, o número de vagas passa a ser distribuído entre os três cursos: Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Esporte e Licenciatura em Educação Física. Nesse período de 2007 a 2022, a EEFÉ-USP formou, em média, anualmente 82 profissionais, totalizando 1311. Em média, ao ano, foram 16 licenciados (total = 252), 30 bacharéis em Educação Física (total = 474) e 36 bacharéis em Esporte (total = 585).

Considerados em conjunto os períodos de 1995-2006 e 2007-2022, os dados permitem

observar uma maior quantidade de egressos do Bacharelado em Esporte, comparado aos outros dois cursos. Esse interesse dos estudantes, aliado

à necessidade social de uma formação com foco no esporte culminam na criação das ênfases para o Bacharelado em 2023, como veremos a seguir.

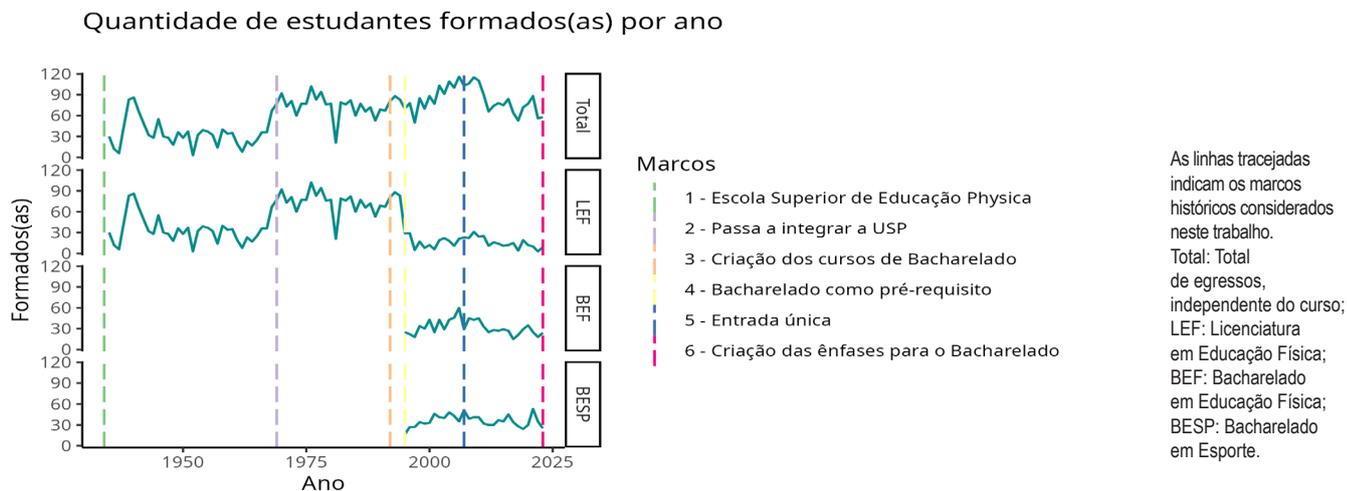


FIGURA 1 - Quantidade de egressos (eixo y) ao longo dos anos (eixo x).

Reestruturação curricular de 2023

O Projeto Político Pedagógico, como o currículo, está em constante avaliação, gerando discussões acerca de elementos que precisam ser aprimorados ou podem ser mantidos. Pequenas reformulações acontecem constantemente, envolvendo modificações em disciplinas, projetos de estágio, articulações com a extensão, entre outras. Entretanto, existem momentos em que as modificações exigem uma mobilização maior, culminando na alteração da estrutura do curso. Algumas modificações são resultado de processos de avaliação interna e debates na relação universidade e sociedade. Outras têm motivação externa à instituição, sob forma de legislação ou demandas sociais.

A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física do MEC, em dezembro de

2018⁵, levou a Comissão de Graduação a ampliar as discussões sobre reestruturação curricular. A Comissão de Graduação entendeu que as Diretrizes de 2018 iam ao encontro da estrutura curricular dos cursos da EEFÉ-USP, no que se refere à entrada única para Bacharéis e Licenciados, constituindo duas etapas de formação: Etapa Comum e Específica. Especificamente, a constituição dessas etapas corresponde ao que já caracterizava os currículos da EEFÉ-USP, desde 2011, com sua divisão em Núcleos Geral e Específico.

Não obstante essas convergências, as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), juntamente a outras demandas e discussões presentes na Comissão de Graduação, levaram às reestruturações curriculares que serão descritas a seguir.

Denominação do curso e Extinção do Bacharelado em Esporte: criação do Bacharelado em Educação Física com duas ênfases

O parágrafo único do Artigo 1º da Resolução nº 6 de 17 de dezembro de 2018 do CNE estabelece que a denominação do curso passa a ser, exclusivamente, “Educação Física”. Com a publicação da Resolução, os objetivos do CNE para com esse parágrafo configuraram a discussão central da EEFÉ-USP.

Como mencionado anteriormente, não há dúvida de que a criação do Bacharelado em Esporte configurou uma inovação ao demonstrar a necessidade de se diferenciar a preparação profissional, com pessoas capazes de atuar com o movimento para a população em geral e com o esporte para grupos selecionados². No entanto, havia problemas a serem enfrentados, que manifestaram-se antes da Resolução CNE nº 6/2018. Por exemplo, a EEFÉ-USP era regularmente solicitada a apresentar explicações ao Conselho Regional de Educação Física (CREF) e à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sobre o papel e a formação do

Bacharel em Esporte. Além disso, havia a dificuldade de egressos do Bacharelado em Esporte para inserir-se no mercado de trabalho por conta da denominação do curso.

Como discutido por TANI⁶, embora seja clara a importância da denominação, mais relevante é o perfil do profissional a ser formado. Assim, foi proposta a criação de um curso com entrada única em Educação Física, com desdobramento em Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física, com este último possuindo duas ênfases: Desenvolvimento Humano e Treinamento e Gestão no Esporte. Ao final do último semestre do Núcleo Geral, o/a discente escolhe entre cursar Licenciatura ou Bacharelado, decidindo, nesse caso, também a ênfase que mais se alinha ao seu perfil e/ou aspirações profissionais. Essas alterações asseguram a continuidade da formação de profissionais para as diferentes necessidades sociais ligadas à Educação Física.

Nota:
Dois cursos, Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física, sendo, este último, constituído por duas ênfases denominadas Desenvolvimento Humano e Treinamento e Gestão no Esporte. A intersecção entre as ênfases, em verde, representa as disciplinas que são obrigatórias em uma das ênfases e podem ser cursadas como optativas pela outra ênfase, além das demais disciplinas optativas que passam a estar disponíveis para ambas as ênfases.

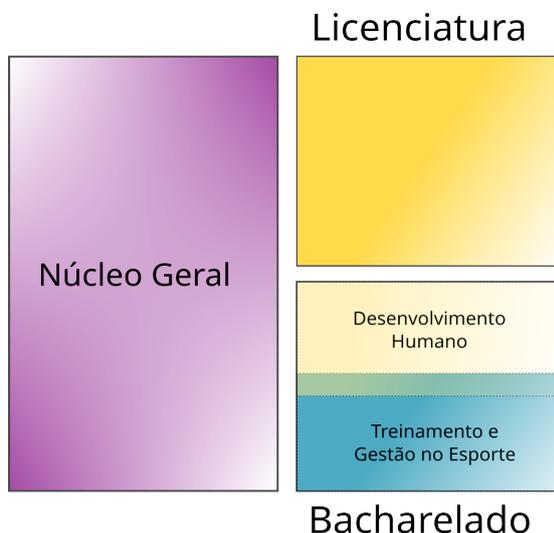


FIGURA 2 - Esquema representando a organização dos cursos de graduação na EEFÉ-USP a partir da reestruturação curricular.

Viabilizar diferentes percursos formativos

Visando permitir diferentes percursos formativos para o corpo discente do Bacharelado, a Comissão de Graduação decidiu tornar todas as disciplinas obrigatórias de uma ênfase, optativas eletivas para a outra ênfase. A partir dessas alterações, ambas as ênfases do Bacharelado exigem 180 horas em disciplinas optativas eletivas, de forma que o corpo discente

pode escolher disciplinas da outra ênfase para complementar sua formação. Também com o olhar para diferentes percursos formativos, a Licenciatura exige 60 horas em optativas eletivas - de um conjunto de optativas eletivas oferecidas pela Faculdade de Educação da USP - e 30 horas em optativas livres, que podem ser cursadas em qualquer Unidade da USP.

Adoção da política de cotas na USP e perfil dos estudantes

Outra modificação recente relacionada ao perfil geral da graduação foi alavancada pelas políticas de inclusão social incentivadas e debatidas em todo o país, especialmente nas instituições públicas de ensino. Em 2012 é sancionada a Lei nº 12.711⁷ que prevê a reserva de 50% das vagas de universidades e institutos federais de ensino superior a estudantes de escolas públicas. A mobilização acontece também nas instituições estaduais.

Conforme manifestação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP, criada em 2022, a adoção da política de cotas na USP em 2017 permitiu incorporar diferenças socioeconômicas, alterando o perfil de seus discentes. Especificamente, 50% das vagas foram reservadas para egressos de escolas públicas, com uma subcota de 37% desses 50% destinada a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) - percentual que equivale ao encontrado no censo demográfico do Estado de São Paulo⁸. Como resultado dessa política de cotas, dos 60 mil discentes de graduação atualmente na USP, 45,1% cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas, sendo 23,2% autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A mobilização pela inclusão no ensino superior é uma resposta aos movimentos sociais e envolve não apenas a alteração na forma de ingresso nos cursos de graduação, como políticas para permanência e acompanhamento estudantil. A manifestação de dirigentes também reforça a constatação de que a diversidade é enriquecedora para a própria instituição⁹. Apesar do pouco tempo de implementação, já é possível uma avaliação desse processo. A

pesquisa “Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro”, coordenada pela Profa. Marta Arretche, e realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole - ligado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e sediado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) - avaliou, ao longo de quatro anos, cerca de 11 mil estudantes que ingressaram na universidade por meio das cotas. Os resultados indicam uma diminuição da diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas, tanto na USP quanto em outras instituições analisadas¹⁰.

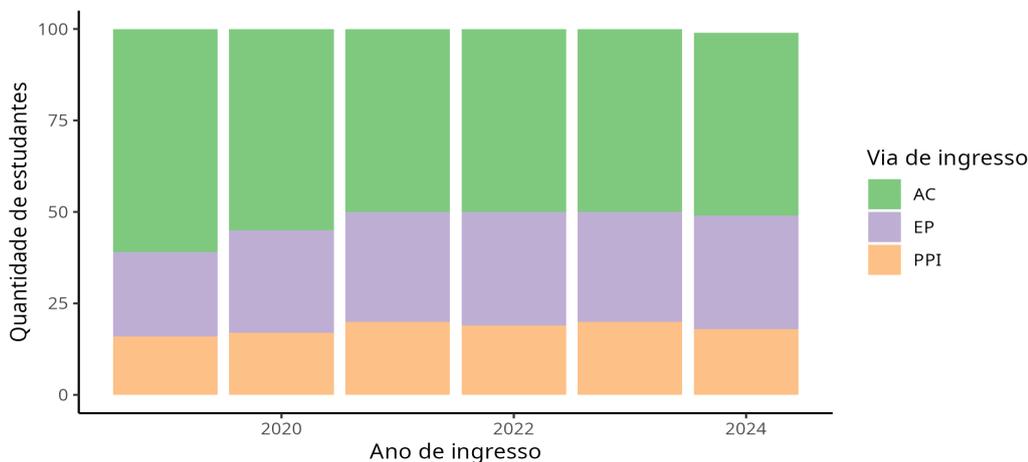
Na EEFÉ-USP, a mudança no perfil do corpo discente ocorreu gradativamente após a adoção da política de cotas, com aumentos progressivos de 2019 a 2021 e posterior estabilização das proporções de ingressantes via Ampla Concorrência (AC), Escola Pública (EP) e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI). A FIGURA 3 apresenta essa mudança entre 2019 e 2024, com um aumento mais expressivo ocorrendo para egressos da escola pública - embora nos dados que pudemos obter por meio do Sistema Júpiter (sistema da Universidade que reúne informações referentes à Graduação) não constasse a diferenciação entre PPI advindos de escolas públicas ou privadas de forma consistente ao longo do período considerado neste artigo. Juntos, ingressantes autodeclarados PPI e oriundos da EP, representaram 39% (2019), 45% (2020) e 50% (a partir de 2021) dos ingressantes na EEFÉ-USP.

Especificamente sobre a proporção de PPI, se assumirmos que os dados estimados para a Universidade de São Paulo como um

todo⁹ representam também os da EEFEE-USP, saltamos de uma proporção de 14% em 2016, para uma média de 20% de

ingressantes autodeclarados PPI a partir de 2021 - na USP como um todo, esse percentual é atualmente de 23%.

Quantidade de estudantes por via de ingresso



AC - Ampla Concorrência;
EP - Escola Pública;
PPI - Autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

FIGURA 3 - Proporção de ingressantes por via de ingresso entre os anos de 2019 e 2024.

AC - Ampla Concorrência;
EP - Escolas Públicas;
PPI - Pretos, Pardos e Indígenas;
Nos boxplots, a mediana das médias ponderadas é representada pelo traço que divide as caixas. As bordas inferior e superior das caixas correspondem ao primeiro e terceiro quartis (percentis 25 e 75).
O fio superior se estende da borda da caixa até o valor maior, não mais que $1,5 * IQR$ (intervalo interquartil ou a distância entre o primeiro e o terceiro quartis). O fio inferior se estende da borda inferior da caixa até o menor valor de no máximo $1,5 * IQR$. Os pontos sobrepostos aos boxplots representam a média ponderada de cada estudante considerado na análise.

Média ponderada dos 3 primeiros semestres no Núcleo Geral

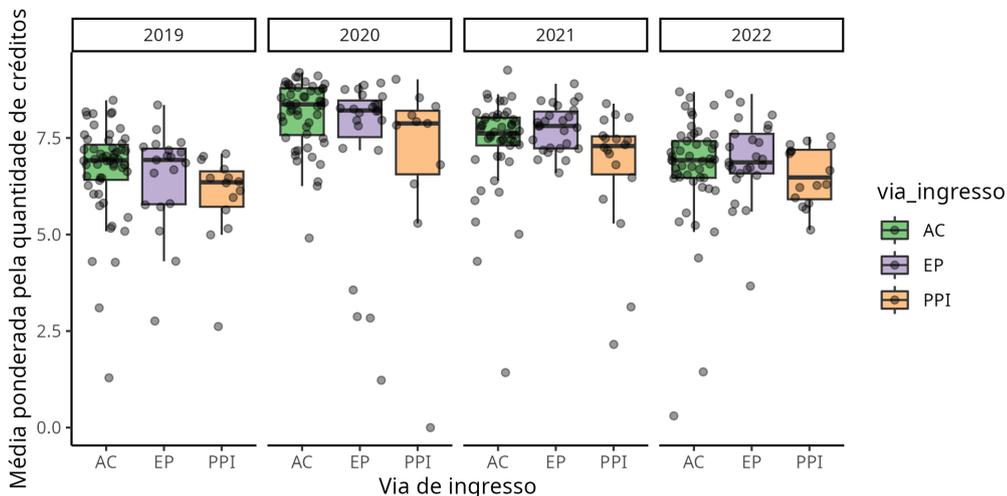


FIGURA 4 - Média ponderada dos estudantes até o terceiro semestre do Núcleo Geral, separados em razão da via de ingresso.

Outro dado interessante refere-se às médias ponderadas dos estudantes por tipo de ingresso, tendo em vista a preocupação com um possível baixo rendimento de estudantes oriundos de escolas públicas e ingressantes cotistas, especialmente no início do curso - Núcleo Geral. Para compor o presente artigo, foram obtidas as médias ponderadas dos estudantes referentes ao Núcleo Geral, a partir do ano de 2019 até 2022 - considerando que ingressantes de 2022 finalizaram, em sua maioria, o Núcleo Geral em 2023. As médias ponderadas apresentadas na FIGURA 4 foram obtidas pela Secretaria de Graduação da EEFÉ-USP no momento da escolha do curso dos estudantes. A média ponderada refere-se às notas obtidas pelos/as estudantes atribuindo-se a elas um peso, maior ou menor, de acordo com a quantidade de créditos necessários para concluir cada disciplina.

É importante destacar que, embora a FIGURA 4 apresente boxplots para facilitar a visualização de como os dados se distribuem,

destacam-se os dados de cada estudante, representados pelos pontos sobrepostos aos boxplots. Especificamente, olhando os dados individuais é possível perceber que generalizações acerca do nível de desempenho dos estudantes em razão da via de ingresso (AC, EP ou PPI) são perigosas, considerando a diversidade de desempenhos observados em cada uma delas. De qualquer modo, a distribuição dos dados indica que estudantes oriundos de escolas públicas não têm apresentado um desempenho inicial - i.e., nos três primeiros semestres - diferente dos que disputaram vagas pela ampla concorrência. Além disso, embora chame a atenção que os ingressantes PPI tenham a mediana mais baixa em relação aos demais, a diferença entre a mediana dos ingressantes PPI e a dos ingressantes via AC foi próxima de meio ponto ao longo do período observado (-0,57 em 2019, -0,49 em 2020, -0,33 em 2021 e -0,45 em 2022) - ver a TABELA 1 para o valor exato de cada mediana.

TABELA 1 - Mediana das médias ponderadas dos/as estudantes por ano e via de ingresso.

Ano de ingresso	Via de ingresso	Mediana
2019	AC	6.923
	EP	6.931
	PPI	6.3535
2020	AC	8.3705
	EP	8.213
	PPI	7.877
2021	AC	7.618
	EP	7.811
	PPI	7.291
2022	AC	6.927
	EP	6.869
	PPI	6.4785

AC - Ampla Concorrência;
EP - Escolas Públicas;
PPI - Pretos, Pardos e Indígenas.

A FIGURA 5 apresenta a média ponderada dos ingressantes que tiveram ao menos 4 anos para concluir o curso, após a implementação da política de cotas (ingressantes em 2019 e 2020). Novamente, o objetivo da análise proposta aqui não é evidenciar um único ponto de comparação entre os estudantes que ingressaram pelas diferentes vias de acesso (AC, EP ou PPI), como média, mediana ou valores máximos e mínimos, mas a diversidade de desempenhos. No caso dos/as estudantes que concluíram o curso, o dado mais

impactante é a baixa quantidade de estudantes PPI que concluíram o curso, cujos boxplots foram mantidos somente para efeito de padronização - uma vez que a distribuição de dois estudantes (referente aos ingressantes PPI em 2020) em quartis é, no mínimo, questionável. É razoável supor que a pandemia de Covid-19 tenha uma contribuição para a baixa quantidade de egressos, considerados os ingressantes em 2020. Especificamente, dos estudantes que possuíam, no Sistema Júpiter, informação acerca da via de ingresso - AC, EP ou

PPI - 34 dos 100 ingressantes em 2019 concluíram o curso até o momento de elaboração do presente artigo, enquanto somente 13 dos ingressantes em 2020 o fizeram. De qualquer forma, embora a comparação seja prejudicada pela baixa quantidade

de egressos ingressantes em 2020, os dados apontam que a diferença de desempenho - indicada pela mediana das médias ponderadas -, entre os egressos que ingressaram via AC, EP e PPI, é inferior a meio ponto.

AC - Ampla Concorrência;
 EP - Escolas Públicas;
 PPI - Pretos, Pardos e Indígenas;
 Nos boxplots, a mediana das médias ponderadas é representada pelo traço que divide as caixas. As bordas inferior e superior das caixas correspondem ao primeiro e terceiro quartis (percentis 25 e 75).
 O fio superior se estende da borda da caixa até o valor maior, não mais que 1,5 * IQR (intervalo interquartil ou a distância entre o primeiro e o terceiro quartis). O fio inferior se estende da borda inferior da caixa até o menor valor de no máximo 1,5 * IQR. Os pontos sobrepostos aos boxplots representam a média ponderada de cada estudante considerado na análise.

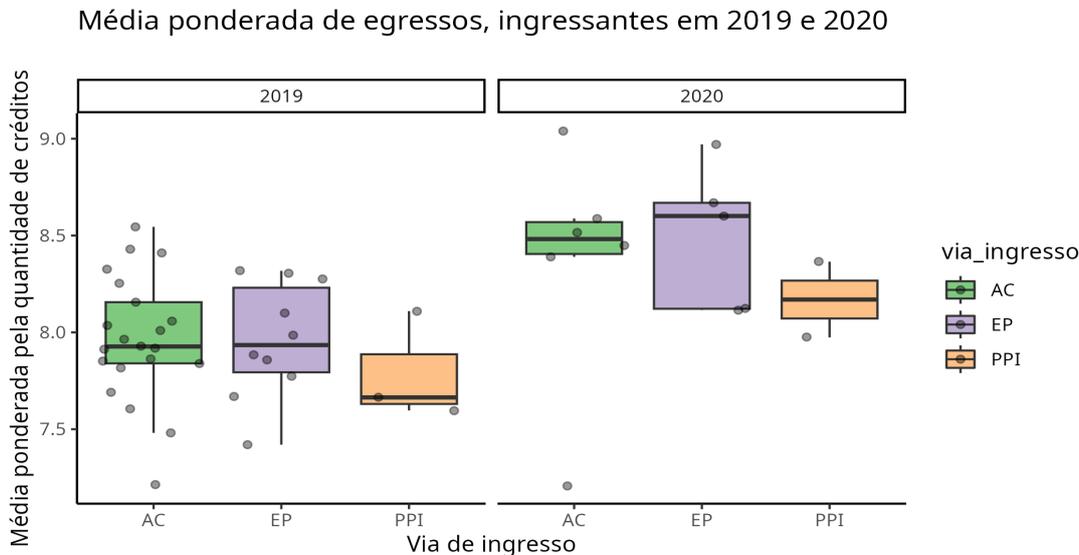


FIGURA 5 - Média ponderada dos estudantes que concluíram os cursos, separados em razão da via de ingresso.

A mudança no perfil discente tem sido acompanhada também pela presença de estudantes com mais idade, comparados à idade média dos que procuram formação

superior em Educação Física na EEFÉ-USP. A FIGURA 6 ilustra essa composição do corpo discente, com alguns ingressantes com idades entre 40 e 60 anos.

Quantidade de ingressantes, por faixa etária

Os dados permitem observar que a maioria dos ingressantes têm menos de 20 anos, havendo também, embora em proporção muito menor, ingressantes entre 40 e 60 anos de idade.

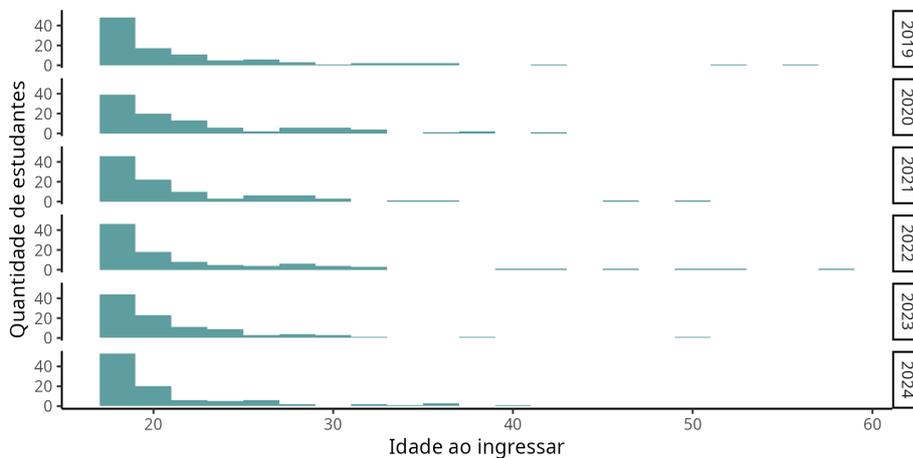


FIGURA 6 - Quantidade de ingressantes, por faixa etária - intervalos de 2 anos - entre 2019 e 2024.

Considerações finais

Ao projetarem os desafios para a formação profissional em Educação Física ao final do século XX, MANOEL e TANI² apontavam, como principais fatores, a pesquisa científica e a articulação entre a produção acadêmica e a formação profissional. No entanto, as mudanças curriculares mais recentes parecem indicar que a estrutura curricular foi principalmente “desafiada” por demandas sociais externas - com as diretrizes curriculares de 2018 - e também internas, apontadas por discentes e docentes, como a busca por equilibrar disciplinas de diferentes níveis de análise e a equalização da carga horária semestral, que representam um ajuste fino a um processo de formação já robusto. A reestruturação em resposta a esses desafios não foi simples e, espera-se, promoverá uma formação ainda mais rica. Adicionalmente, as alterações curriculares realizadas em 2023 deixam claro que há uma necessidade social que continua a justificar a especificidade na formação

de bacharéis. Indo além dessa necessidade, aproveitou-se a oportunidade criada para ampliar a flexibilidade nos processos formativos, permitindo que discentes que optem pelo Bacharelado possam complementar sua formação com conhecimentos de uma outra ênfase. Essa flexibilização deu-se de modo a valorizar a individualidade, sem abrir mão da articulação que caracteriza o currículo.

No que tange à mudança no perfil discente, de forma geral, os dados da EEFÉ-USP se aproximam dos dados da USP como um todo, no sentido de que a diferença da mediana entre cotistas e não cotistas é pequena, sinalizando que a excelência da Universidade não está ameaçada, como foi conjecturado¹⁰. Adicionalmente, a variabilidade dos desempenhos de cotistas e não cotistas acende um sinal de alerta para tentativas de generalização que tomem a via de ingresso como um único critério capaz de predizer o desempenho acadêmico de um ingressante.

Referências

1. Massucato JG, Barbanti VJ. Histórico da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. *Rev Paulista Educ Fís.* 1999;13(nesp):7-12.
2. Manoel EJ, Tani G. Preparação profissional em educação física e esporte: passado, presente e desafios para o futuro. *Rev Paul Educ Fís.* 1999;13(nesp):13-19.
3. Góis Junior E, Nista-Piccolo VL, Dias BR, et al. Estudo histórico sobre a formação profissional na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (1980-1990). *Motriz.* 2012;18(2):393-400.
4. Silveira SR, Tani G. Escola de Educação Física e Esporte da USP: um estudo da sua trajetória e constituição a partir do seu periódico institucional. *Rev Bras Educ Fís Esporte.* 2008;22(1):35-44.
5. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. Brasil: Diário Oficial da União de 19/12/2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>.
6. Tani G. *Ensaio em Educação Física*. São Paulo: Blucher; 2023.
7. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasil: Diário Oficial da União de 30/08/2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.
8. Lanna ALD, Segurado AAC. Comissões de heteroidentificação e a política de cotas na USP. *Jornal da USP.* 2004 mar 5. Disponível em <https://jornal.usp.br/artigos/comissoes-de-heteroidentificacao-e-a-politica-de-cotas-na-usp/>.
9. Dall’ara J. Lei de Cotas completa 10 anos e mostra-se efetiva na promoção de diversidade e inclusão. *Jornal da USP.* 2022 ago. 29. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/lei-de-cotas-completa-10-anos-e-mostra-se-efetiva-na-promocao-de-diversidade-e-inclusao/>.
10. Mattos L. Diferença entre nota de cotistas e demais alunos na USP cai ao longo do curso. *FAPESP na Mídia.* 2022 maio 15. Disponível em <https://namidia.fapesp.br/diferenca-entre-nota-de-cotistas-e-demais-alunos-na-usp-cai-ao-longo-do-curso/382951>.

ENDEREÇO

Flavio Henrique Bastos
Escola de Educação Física e Esporte
Universidade de São Paulo
Av. Prof. Mello Moraes, 65 - Cidade Universitária
05508-030 - São Paulo - SP - Brasil
E-mail: bastosfh@usp.br
